A COMUNIDADE DO INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DOS BAIRROS BEBEDOURO, MUTANGE, BOM PARTO, FAROL E PINHEIRO

Juliana N. R. Barretto[1]

Introdução

A comunidade em foco neste estudo é composta por fazedores e fazedoras de cultura que habitavam os bairros diretamente atingidos pelo desastre tecnológico provocado pela mineradora Braskem, e que, por meio de práticas artísticas, rituais, saberes tradicionais e ofícios populares, sustentavam formas de vida e redes de significação que foram desestabilizadas com a desocupação dos territórios. A partir da metodologia do Inventário Participativo do Patrimônio Cultural Imaterial (IPCI), buscamos não apenas documentar essas expressões culturais, mas compreender os processos de descontinuidade, reinvenção e resistência que emergem diante do colapso territorial.

A cidade de Maceió, capital do estado de Alagoas, teve sua história modificada a partir de março de 2018, quando um tremor de terra causou rachaduras e afundamento de parte de seu solo. Inicialmente percebido como um tremor localizado no bairro do Pinheiro, o fenômeno revelou-se rapidamente como um desastre tecnológico de grande escala, cujos efeitos extrapolaram os limites físicos do colapso geológico. O que se instaurou não foi apenas uma crise de infraestrutura, mas um processo de desterritorialização forçada, que reconfigurou profundamente as relações sociais, culturais e afetivas dos moradores dos bairros de Bebedouro, Mutange, Bom Parto, Pinheiro e parte do Farol.

O deslocamento compulsório de aproximadamente 17 mil famílias, somando mais de 57 mil pessoas, provocou não apenas a perda de moradias, mas também o esgarçamento das redes de sociabilidade, afetividade e pertencimento — elementos centrais para a reprodução das práticas culturais. Nesse contexto, o medo, a incerteza e a desconfiança tornaram-se afetos organizadores da experiência urbana, inscrevendo o desastre no cotidiano e nos corpos dos sujeitos.

---

[1] Antropóloga e pesquisadora do Projeto IPCI Maceió. Mais informações: Perfil de Juliana Nicolle Rebelo Barretto na Plataforma Digital do INRC/IPHAN. Acesso em: 7 out. 2026.

Este inventário, conduzido pela Fundação de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa (FUNDEPES) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), integra as obrigações definidas pelo Acordo Socioambiental firmado entre a Braskem e os Ministérios Públicos Federal e Estadual, sendo, portanto, um produto técnico com implicações éticas e políticas profundas. O estudo propõe um mapeamento dos saberes culturais que habitavam os bairros atingidos antes do desastre, analisando os efeitos da ruptura territorial sobre a continuidade desses saberes e propondo estratégias de salvaguarda ancoradas na escuta dos próprios sujeitos culturais.

Mais do que descrever práticas, este trabalho busca contribuir para uma antropologia situada do desastre, onde a escuta das vozes atingidas revela não apenas perdas materiais, mas também apagamentos simbólicos e disputas por reconhecimento e justiça. Nesse contexto, o sofrimento coletivo pode se tornar uma gramática política, a partir da qual os sujeitos reivindicam visibilidade, reparação e dignidade. Assim, o que se apresenta aqui é não apenas um inventário técnico, mas uma cartografia afetiva e política de memórias e resistências em meio ao colapso.

Caminhos para o inventariamento

"Patrimônio imaterial é o conjunto de práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural" (PELEGRINI, 2020, p 72).

No contexto brasileiro, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desenvolveu três instrumentos distintos de sistematização e reconhecimento das expressões culturais: o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), o Inventário da Diversidade Linguística (INDL) e o Inventário Participativo. Cada um desses dispositivos reflete uma concepção ampliada de cultura, que reconhece os múltiplos modos pelos quais os grupos sociais atribuem valor simbólico e identitário às suas práticas, saberes e formas de vida. O INRC, o mais amplamente utilizado, dedica-se à documentação de bens culturais de natureza imaterial, ainda que dialogue também com patrimônios materiais; o INDL, por sua vez, foca na salvaguarda das línguas faladas em território nacional, reconhecendo nelas formas de existência e resistência cultural (Florêncio, 2016).

É a partir desse aparato institucional e conceitual que se inscreve o Inventário do Patrimônio Cultural Imaterial dos Bairros de Bebedouro, Mutange, Bom Parto, Farol e Pinheiro, configurando-se como uma resposta metodologicamente situada às descontinuidades territoriais e culturais provocadas pelo colapso das minas de sal-gema em Maceió. Trata-se de uma tentativa de inscrever, no campo do reconhecimento institucional, aquilo que o desastre sócioambiental deslocou, as tramas de significados, práticas cotidianas, lugares de memória e formas coletivas de pertencimento que compunham os mundos sociais dos bairros impactados e em processo de subsidência do solo.

Com base nos marcos do INRC, o inventário adotou uma abordagem metodológica participativa, priorizando a escuta dos sujeitos mais diretamente atravessados pelo processo de desterritorialização. Essa escuta não se limitou à coleta de dados, mas constituiu-se como um exercício de reconhecimento ético e político das narrativas e práticas que resistem à invisibilização e ao apagamento. Foram os próprios moradores, mestres, detentores de saberes e fazedores de cultura que indicaram quais bens culturais permanecem como referências significativas, mesmo após o esvaziamento dos bairros como medida protetiva ao processo de subsidência do solo e perda das relações de vizinhança.

A desocupação compulsória, longe de ser apenas um deslocamento físico, provocou uma ruptura nos sistemas de transmissão intergeracional, nas formas de sociabilidade e nas experiências de pertencimento. A dispersão geográfica dos sujeitos culturais tornou visível a íntima relação entre cultura e território, especialmente no que diz respeito às práticas culturais de base popular e tradicional, que demandam convivência, partilha e corporalidade.

O inventário não se limitou à catalogação das manifestações culturais, mas investigou o processo de diáspora para outras partes da cidade, e para além dela, questionando as necessidades dos fazedores culturais e detentores de saberes para seguirem com a manutenção e repasse das práticas em suas novas localidades, bem como escutá-los sobre seus desejos para o futuro do território atingido.

Inspirado nos debates sobre memória social e práticas culturais urbanas, o trabalho buscou compreender como os sujeitos elaboram a perda e produzem continuidade, ainda que precária ou fragmentada, de suas formas de vida, os desafios que enfrentam, como estão sendo transmitidas entre gerações, as transformações ocorridas ao longo do tempo, e quem são os responsáveis pela sua preservação. A memória, nesse sentido, não aparece como um arquivo do passado, mas como um operador político que estrutura afetos, identidades e estratégias de reexistência.

O entendimento central da pesquisa é que, mesmo deslocadas, as pessoas mantêm seus saberes e buscam preservá-los, pois essas práticas culturais não são apenas memórias, mas também elementos que reforçam o sentido de pertencimento e recriam laços. Com base nisso, os dados coletados foram organizados e sistematizados, visando indicar as ações necessárias para a salvaguarda desses saberes e práticas.

Ademais, o inventário participativo, desenvolvido como uma estratégia, envolve as próprias comunidades no processo de identificação dos bens culturais relevantes para elas. Esse método promove a educação e a apropriação dos valores patrimoniais, e pode resultar em ações de proteção e preservação realizadas pelas próprias comunidades, em parceria com órgãos públicos, instituições privadas e movimentos da sociedade civil organizada.

Para facilitar a identificação e organização dos dados, optou-se por seguir as diferentes categorias de bens culturais de natureza imaterial utilizadas nos livros de registro e instituídas pelo Art. 1o do Decreto n 3.551:

> “Art. 1o Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.
> § 1o Esse registro se fará em um dos seguintes livros:
> I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
> II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;
> III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;
> IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.” (BRASIL, 2000) 5

Tais classificações orientaram o olhar da pesquisa para a identificação do patrimônio imaterial dos bairros em estudo.

Dessa forma, o Inventário do Patrimônio Cultural Imaterial dos Bairros de Maceió afetados pela Braskem se propõe como uma ferramenta de visibilidade, reparação e salvaguarda cultural, mas também como uma intervenção epistemológica, deslocando o olhar técnico-administrativo para a complexidade dos mundos sociais feridos e evidencia que, mesmo diante do colapso, há práticas, saberes e memórias que insistem em permanecer, sustentando a vida onde o desastre rompeu elos.

Metodologia

A construção do Inventário Participativo do Patrimônio Cultural Imaterial (IPCI) no contexto dos bairros atingidos pelo desastre tecnológico da mineração de sal-gema em Maceió exigiu uma abordagem metodológica sensível às especificidades de uma comunidade desterritorializada. Tratou-se não apenas de inventariar bens culturais, mas de mapear uma nova territorialização que decorreu da diáspora compulsória.

A metodologia foi desenhada para dar conta dessa complexidade, combinando técnicas quantitativas e qualitativas com forte ênfase na participação comunitária — princípio central nas etnografias engajadas que reconhecem os saberes locais como fundamentais na produção do conhecimento (Latour, 2020). Em um primeiro momento, foi realizado um levantamento junto a instituições públicas como o IPHAN, Secult, FMAC, CUCA, ASFOPAL e FOCUARTE, visando identificar os primeiros contatos com fazedores de cultura vinculados aos bairros impactados. Essa etapa inicial foi fundamental para a mobilização comunitária e para estabelecer os canais de escuta e reconhecimento mútuo.

Em seguida, foi lançada uma chamada pública para seleção e capacitação de Agentes Comunitários de Pesquisa. Esse processo formativo, realizado em parceria com a equipe da FUNDEPES e com participação de técnicos da Educação, Formação e Participação Social – COGEDU, do Departamento de Articulação, Fomento e Educação (DAFE) do IPHAN, resultou na seleção de 21 agentes, em sua maioria moradores ou ex-moradores dos bairros atingidos e diretamente envolvidos com práticas culturais locais.

Ao incorporar sujeitos atingidos como agentes da pesquisa, o projeto propõe destacar a centralidade das experiências vividas na construção de dispositivos de escuta e reconhecimento. Trata-se de uma aposta epistemológica e ética na coprodução do saber, onde os "pesquisados" se tornam coautores da narrativa coletiva sobre o território e suas perdas. A seleção dos candidatos, foi pela coordenação do projeto, se dando por meio da análise do currículo e da participação na Capacitação para Agentes Comunitários de Pesquisa.

Após o processo de seleção, foi realizada atividade de capacitação interna com a equipe de pesquisadores do projeto, visando alinhar entendimentos sobre os conceitos e procedimentos em relação ao processo de identificação de referências culturais de natureza imaterial, apresentar o contexto do sítio (configuração socioespacial) a ser inventariado e definir os métodos a serem aplicados.

A partir da capacitação, teve início a fase de levantamento de dados quantitativos por meio de um censo cultural, cujo objetivo era identificar os bens aos quais os fazedores estavam relacionados, a extensão e a distribuição dos fazedores de cultura popular e/ou tradicional no território afetado e a dispersão dessa comunidade após o deslocamento compulsório. Os questionários, mais amplos e abrangentes, foram respondidos por uma amostragem determinada a partir de um quantitativo do censo, especificamente aplicados a fazedores de cultura, moradores ou ex-moradores dos bairros de Bebedouro, Bom Parto, Farol, Mutange e Pinheiro. Buscou-se diversificar os entrevistados em gênero, raça, idade, etc., bem como nos tipos de bens culturais populares e/ou tradicionais e ainda em categorias do patrimônio imaterial apontadas pelo IPHAN (celebrações, formas de expressão, saberes, ofícios e lugares).

Os agentes, ex-moradores dos bairros em foco e/ou fazedores de cultura local, desempenharam um papel fundamental devido ao seu conhecimento dos indivíduos, grupos culturais e comunidades locais. Isso facilitou a identificação e documentação dos detentores e suas práticas culturais que existiam nessas localidades e se encontram dispersos pela capital e nos municípios circunvizinhos. Ao todo, foram aplicados 330 formulários. Como um mesmo entrevistado pode estar associado a mais de uma categoria, os quantitativos se sobrepõem: 48 registros referem-se a lugares, 109 a saberes e ofícios, 42 a celebrações, 225 a formas de expressão e 42 a artistas e articuladores culturais. Além

da coleta de informações, os dados foram tratados por meio de técnicas de estatísticas como forma de facilitar o entendimento das experiências.

Seguindo as atividades realizadas pelos Agentes Comunitários de Pesquisa, teve início o levantamento de dados qualitativos, com a aplicação de 90 entrevistas de roteiro fechado aos fazedores de cultura dos bairros estudados. Para esse momento, foram escolhidas pessoas que têm lugar de referência na comunidade por serem mestre ou terem domínio da prática ou saber, pessoas que transmitem seus conhecimentos sobre a prática/atividade cultural investigada. E mesmo não sendo reconhecido como uma referência ou liderança na comunidade, buscou também entrevistar pessoas que pudessem contribuir com informações relevantes sobre o bem cultural, por ser uma pessoa que colabora ativamente na produção/realização dessa prática/atividade cultural, se expressa bem, gosta de conversar, se mostrando colaborativa com a pesquisa.

Um dos momentos centrais do processo foi o encontro para construção de uma cartografia social. Essa metodologia, alinhada com práticas de pesquisa colaborativa e decolonial, valoriza os conhecimentos simbólicos e afetivos das comunidades em relação ao território. Com mapas impressos dos cinco bairros, os participantes foram convidados a representar, com base em sua memória e vivência, os lugares de relevância cultural antes e após o início dos tremores em 2018, marco do início da subsidência do solo. Propõe-se que, ao relembrar seus territórios, os sujeitos atingidos também repensam sua história e suas relações de pertencimento junto aos espaços que lhes foram arrancados.

Com a presença de 55 participantes da comunidade, entre agentes e detentores de saberes, foram produzidos três mapas por bairro. Após o trabalho em grupo, as camadas cartográficas foram sobrepostas, revelando um mosaico de referências culturais cuja persistência resiste à fragmentação imposta pelo desastre. A cartografia, nesse contexto, tornou-se instrumento de visibilização e reivindicação, convocando uma memória coletiva que não se deixa apagar.

Uma próxima etapa envolveu a realização de 30 entrevistas semi-estruturadas, filmadas com detentores de patrimônio imaterial, escolhidos por sua trajetória e representatividade dentro dos segmentos artísticos identificados. As gravações ocorreram em locais escolhidos pelos entrevistados, respeitando o protagonismo dos sujeitos e criando um ambiente favorável à escuta. Todo o processo foi conduzido de forma ética,

com assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em consonância com as diretrizes de uma antropologia comprometida com os direitos dos pesquisados. 8

A última etapa deste ciclo de trabalho foi marcada por um encontro comunitário realizado no dia 05 de abril de 2025, concebido como um espaço de escuta, partilha e reflexão coletiva. Nesse momento, foram apresentados os resultados parciais do Inventário Participativo do Patrimônio Cultural Imaterial (IPCI) de Maceió, como devolutiva técnica, e também, como gesto político e ético de reconhecimento dos sujeitos que co-produziram o conhecimento ao longo do processo.

O encontro teve como objetivo principal a construção colaborativa de um plano de estratégias voltado à salvaguarda dos saberes, práticas, tradições e memórias ligadas aos bairros de Bebedouro, Bom Parto, Farol, Mutange e Pinheiro. Mais do que um evento de encerramento, esse encontro operou como um ritual de reterritorialização simbólica, onde ex-moradores e detentores de saberes puderam, coletivamente, reinscrever suas histórias e pertencimentos num espaço-tempo de elaboração conjunta.

Assim, o processo de elaboração do IPCI não apenas documenta um conjunto de bens culturais, mas reinscreve, no campo simbólico e político, a existência de uma comunidade desmembrada territorialmente, mas ainda coesa em sua luta por reconhecimento. Em diálogo com a antropologia do desastre e do risco, este inventário torna-se, mais do que um produto técnico, um artefato político de resistência, memória e reterritorialização.

A comunidade identificada

"Somos vítimas da Braskem!", esta frase ressoou nas pichações nos muros, nas faixas de atos políticos e se tornou o nome do Movimento Unificado das Vítimas da Braskem (MUVB), atualmente conhecido como Associação do Movimento Unificado das Vítimas da Braskem. A comunidade, aqui descrita, foi formada por uma experiência comum de vulnerabilidade, se define como vítimas desse desastre tecnológico, que não só alterou o espaço físico de seus bairros, mas também transformou as práticas culturais e as formas de organização social.

Este estudo foca nos detentores do patrimônio imaterial, pessoas cujas trajetórias e memórias do desastre se entrelaçam com a vivência e a continuidade de formas culturais atingidas pelo evento. O patrimônio imaterial compartilhado aqui não se limita ao "fazer artístico", mas inclui também as formas de sociabilidade, memória coletiva e um forte sentimento de pertencimento aos bairros atingidos, onde as práticas culturais se entrelaçam com o contexto político de luta por direitos.

A noção de comunidade e patrimônio imaterial que utilizamos é abrangente, o que permite considerar a diversidade de configurações e significados de pertencimento que se criam em torno do desastre. A Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003, ao não oferecer uma definição precisa de "comunidades, grupos e indivíduos interessados", reconhece essa pluralidade e propõe uma abordagem participativa, conforme o Artigo 15 da Convenção. Nesse contexto, a comunidade é composta por aqueles que praticam, transmitem ou reconhecem como parte de seu patrimônio cultural determinado bem imaterial.

Para compreender essa noção de comunidade dentro do desastre tecnológico vivido pela população atingida pela Braskem, podemos recorrer à definição de Max Weber (1973), que considera a comunidade como um tipo ideal, uma construção que é útil para analisar relações sociais. Max Weber (1973) vê a comunidade como um agrupamento onde as relações sociais são profundamente marcadas por laços afetivos, emocionais, e por um senso de pertencimento compartilhado entre os seus membros. Esse conceito nos ajuda a entender como, no contexto das vítimas da Braskem, o desastre não apenas alterou o território físico, mas também gerou uma transformação nas relações sociais, onde as memórias do desastre passaram a constituir um novo espaço de identidade coletiva e resistência.

Como Max Weber define, "chamamos de comunidade a uma relação social na medida em que a orientação da ação social, na média ou no tipo-ideal, baseia-se em um sentido de solidariedade: o resultado de ligações emocionais ou tradicionais dos participantes" (1973, p. 77). Esse entendimento de Max Weber (1973), é crucial para o estudo das vítimas da Braskem, pois, ao contrário de uma sociedade moderna impessoal e utilitária, as vítimas formam um grupo que, embora em grande parte deslocado e

desestruturado por um desastre tecnológico, mantém um forte senso de solidariedade e identidade coletiva.

No caso específico das vítimas da Braskem, o evento crítico teve um impacto profundo na memória coletiva e na configuração social da comunidade, forçando uma redefinição dos papéis sociais e culturais, e gerando novas formas de ação política e resistência. Como o antropólogo Anthony Oliver-Smith (1999) argumenta, os desastres, sejam naturais ou tecnológicos, não são apenas fenômenos físicos, mas eventos que emergem de uma interação entre forças externas e condições sociais de vulnerabilidade.

O desastre, não está "na natureza", mas é constituído pela relação entre a população e seu ambiente, que, nesse caso, foi exacerbada pela invisibilidade das questões sociais e ambientais. Esse processo de vulnerabilização, para a comunidade atingida, se revela não apenas como uma ruptura física, mas como uma transformação profunda nas relações sociais e culturais, que passam a se organizar em torno da memória do desastre e da luta por direitos.

Gregory Button (2010), antropólogo focado em pesquisas sobre desastres, vê o desastre como um evento dinâmico em que múltiplos atores sociais competem para moldar as narrativas e as respostas coletivas. Ele insiste que os desastres não são eventos isolados ou excepcionais, mas partes de uma cultura que estrutura como a sociedade lida com risco, vulnerabilidade e desigualdades. A resposta a desastres reflete relações históricas, econômicas e políticas. Essa visão pode ser aplicada à mobilização das vítimas da Braskem.

A resistência das comunidades atingidas se articula em um campo de disputa, onde as narrativas sobre o desastre são contestadas, e onde o sofrimento coletivo é politizado como uma ferramenta de resistência. Didier Fassin (2006), desenvolve uma reflexão sobre os modos de resistência e formas de sofrimento vividas por populações marginalizadas, especialmente nos contextos de atuação do Estado. Para o antropólogo e médico francês, a resistência pode ser vista como uma forma de mobilizar o sofrimento social e transformá-lo em um campo legítimo de reivindicação política. Trazendo essa abordagem para o contexto da comunidade das vítimas da Braskem, percebe-se como são

construídas narrativas próprias, não apenas para denunciar as consequências do desastre, mas também para afirmar a legitimidade de sua luta por justiça social e ambiental.

Os desastres muitas vezes revelam as fragilidades e as desigualdades subjacentes às estruturas sociais e políticas, e no caso aqui analisado das vítimas da Braskem, o desastre tecnológico revela as falhas nas políticas de segurança e na proteção das populações mais vulneráveis. Como Bruno Latour (2020) nos lembra, os desastres são eventos híbridos, envolvendo causas naturais, ações humanas, técnicas, valores, infraestruturas e políticas públicas, sendo resultados de redes complexas de ação e decisão, onde os interesses econômicos, políticos e sociais se entrelaçam para moldar as respostas coletivas. Para o autor, um desastre não pode ser classificado apenas como um "acidente natural" ou como uma "falha humana" isolada, ele é uma rede de decisões técnicas, políticas, econômicas, geológicas, jurídicas, etc.

Além disso, a dinâmica de poder e resistência observada no caso da Braskem pode ser analisada a partir das descrições de Teresa Caldeira (2000), antropóloga que tem seu estudo de caso focado em São Paulo, mas com implicações para compreender cidades grandes no Brasil e em contextos semelhantes, vê as cidades como campos de disputa onde o território é constantemente negociado. Ela investiga como a noção de espaço público, de cidadania civil (direitos de ir e vir, de uso dos espaços públicos) e democrática se tornou fragmentada, desigual, com muros físicos e simbólicos. No contexto urbano de Maceió, as populações mais vulneráveis, localizadas nas periferias, enfrentam não apenas o impacto imediato do desastre, mas também as consequências de um processo histórico de marginalização e exclusão. A mobilização das vítimas da Braskem, portanto, é uma resposta não apenas ao desastre imediato, mas também ao legado de injustiça territorial que caracteriza a cidade.

O desastre tecnológico é, nesse sentido, mais do que um evento isolado, é um reflexo de uma estrutura social e política que permite a exploração das populações periféricas em nome do desenvolvimento econômico. O que vemos, portanto, é uma luta que vai além do desastre em si, buscando reparar as injustiças estruturais e afirmar os direitos dessas populações a um ambiente seguro e saudável.

A formação de uma comunidade atingida por um desastre

Partindo da compreensão de que a comunidade em questão é formada por fazedores e fazedoras de cultura que habitavam os bairros diretamente impactados pelo desastre tecnológico provocado pela mineradora Braskem, este texto busca contextualizar sua formação a partir da noção de risco associada a esse tipo de desastre. A ênfase recai sobre os vínculos entre território, produção cultural e experiência do risco, evidenciando como a constituição da comunidade está imbricada nos processos históricos e sociotécnicos que antecedem e atravessam o colapso.

A comunidade, aqui descrita, foi formada por uma experiência comum de vulnerabilidade, que se define como vítimas desse desastre tecnológico. Este estudo foca nos detentores do patrimônio imaterial, pessoas cujas trajetórias e memórias do desastre se entrelaçam com a vivência e a continuidade de formas culturais atingidas pelo evento.

A Braskem, uma empresa de proporção global na indústria petroquímica, estabelece uma presença marcante em Alagoas, com dois polos de produção: um em Maceió, voltado à produção de cloro-soda, e outro em Marechal Deodoro, dedicado à produção de PVC.

Sua história remonta a 1943, quando o empresário Euvaldo Freire de Carvalho Luz, durante perfurações supervisionadas pelo Conselho Nacional de Petróleo (CNP), descobriu o sal-gema, mineral essencial para a indústria química. Em 1944, Luz solicitou a concessão para explorar a mineração e, em 1966, obteve formalmente o direito de pesquisa por meio do Decreto nº 59.356, assinado pelo então presidente Humberto de Alencar Castelo Branco (BRASIL, 1966). Esse marco representa não apenas uma autorização burocrática, mas o início de um "desastre silencioso" que se desenrolaria nas décadas seguintes, em que o risco se tornaria parte da paisagem cotidiana, articulado a decisões políticas e econômicas que moldam, de forma inequívoca, os territórios e as vidas das populações locais.

O processo de instalação da Braskem em Maceió, em um bairro denso e populoso como o Trapiche da Barra, sublinha a invisibilidade da população e a marginalização das suas necessidades e direitos frente aos interesses do capital e do desenvolvimento. O risco invisível, ao qual essas populações foram submetidas, muitas vezes naturalizado, é dissociado das realidades sociais e ambientais que ele impõe sobre os grupos mais vulneráveis. A escolha de um local de instalação em uma área verde, destinada à

preservação ambiental, é emblemática da forma como decisões tecnocráticas e de desenvolvimento muitas vezes desconsideram os impactos sobre a vida dos cidadãos.

Nos anos 1960, o governo estadual de Alagoas, liderado por Lamenha Filho, empenhou-se em garantir os investimentos para a exploração do sal-gema. Lamenha expressava um entusiasmo político, ao declarar que seria "um homem realizado" ao ver o início das operações da indústria, entendendo-a como a concretização de um legado político e econômico (Diário de Pernambuco, 18 de janeiro de 1967). Esse entusiasmo, ilustra como as políticas de desenvolvimento, ao focar exclusivamente no crescimento econômico, muitas vezes ignoram as desigualdades estruturais que criam. O risco que recai sobre a população local é sistematicamente minimizado, e a promessa de crescimento é amplificada sem consideração pelas implicações sociais e ambientais.

Como descreve o jornalista Jonaldo Cavalcante (2020), a implantação da Salgema Indústrias Químicas S/A — que posteriormente deu origem às operações da Trikem e, mais tarde, da Braskem — em Alagoas resultou de um complexo arranjo de articulações político-econômicas. O projeto teve início com a atuação do empresário Euvaldo Luz e contou com o envolvimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e da multinacional Du Pont. Em 1970, o governo federal, por meio da SUDENE, aprovou o financiamento da iniciativa, classificando-a como prioridade para a política de desenvolvimento regional no Nordeste. Esse tipo de intervenção estatal, pode ser percebido como um exemplo de noções de risco, onde a gestão dos perigos e suas consequências é centralizada em mãos poderosas, que não necessariamente compartilham os mesmos interesses ou preocupações da população atingida.

O processo de expansão da Braskem em Alagoas reflete a complexidade das dinâmicas territoriais urbanas. A escolha de uma área verde para instalar a fábrica resultou em impactos ambientais devastadores e gerou um intenso debate sobre os riscos à saúde e segurança da população local. A chegada da indústria se tornou um ponto de inflexão, revelando a construção social do risco. Como Gregory Button (2010) observa, o risco, quando é socialmente construído, é não apenas um fator técnico, mas um campo de disputa entre diferentes atores sociais, governamentais, empresariais e comunitários. Nesse sentido, a forma como o risco é percebido, interpretado e tratado é moldada por

uma complexa rede de interesses que, frequentemente, coloca em jogo a vida e o bem-estar de populações marginalizadas.

De acordo com o geógrafo Railson Diodato (2017), em 2002 aconteceu o processo de privatização da Salgema, culminando na transformação da empresa em Braskem. A partir de então destaca-se a consolidação de um poder corporativo que, ao absorver e integrar diferentes partes do setor petroquímico, ampliou ainda mais seu controle sobre o território e a economia local. O Grupo Odebrecht assumiu o controle da empresa. Este fato, não apenas consolidou sua posição no mercado nacional, mas também reforçou o poder de uma elite empresarial que molda o futuro do território, das políticas públicas e das condições de vida das populações locais.

A instalação da Braskem em Alagoas, sua expansão e os impactos subsequentes ilustram um modelo de desenvolvimento urbano que, ao buscar maximizar os lucros e o crescimento econômico, ignora as consequências sociais e ambientais que ele acarreta. Essa dinâmica de "desastres sociais", como a teoria da antropologia do risco sugere, não é apenas uma falha de gestão, mas um reflexo das desigualdades estruturais que permeiam a sociedade. As mobilizações comunitárias não surgem apenas como reações imediatas a um desastre, mas como manifestações de uma resistência que desafia as hierarquias e as assimetrias de poder, reivindicando, assim, uma maior justiça e equidade territorial.

A comunidade identificada

"Somos vítimas da Braskem!", esta frase ressoou nas pichações nos muros, nas faixas de atos políticos e se tornou o nome do Movimento Unificado das Vítimas da Braskem (MUVB), atualmente conhecido como Associação do Movimento Unificado das Vítimas da Braskem. A comunidade, aqui descrita, foi formada por uma experiência comum de vulnerabilidade, se define como vítimas desse desastre tecnológico, que não só alterou o espaço físico de seus bairros, mas também transformou as práticas culturais e as formas de organização social.

Este estudo foca nos detentores do patrimônio imaterial, pessoas cujas trajetórias e memórias do desastre se entrelaçam com a vivência e a continuidade de formas culturais atingidas pelo evento. O patrimônio imaterial compartilhado aqui não se limita ao "fazer artístico", mas inclui também as formas de sociabilidade, memória coletiva e um forte

sentimento de pertencimento aos bairros atingidos, onde as práticas culturais se entrelaçam com o contexto político de luta por direitos.

A noção de comunidade e patrimônio imaterial que utilizamos é abrangente, o que permite considerar a diversidade de configurações e significados de pertencimento que se criam em torno do desastre. A Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003, ao não oferecer uma definição precisa de "comunidades, grupos e indivíduos interessados", reconhece essa pluralidade e propõe uma abordagem participativa, conforme o Artigo 15 da Convenção. Nesse contexto, a comunidade é composta por aqueles que praticam, transmitem ou reconhecem como parte de seu patrimônio cultural determinado bem imaterial.

Para compreender essa noção de comunidade dentro do desastre tecnológico vivido pela população atingida pela Braskem, podemos recorrer à definição de Max Weber (1973), que considera a comunidade como um tipo ideal, uma construção que é útil para analisar relações sociais. Max Weber (1973) vê a comunidade como um agrupamento onde as relações sociais são profundamente marcadas por laços afetivos, emocionais, e por um senso de pertencimento compartilhado entre os seus membros. Esse conceito nos ajuda a entender como, no contexto das vítimas da Braskem, o desastre não apenas alterou o território físico, mas também gerou uma transformação nas relações sociais, onde as memórias do desastre passaram a constituir um novo espaço de identidade coletiva e resistência.

Como Max Weber define, "chamamos de comunidade a uma relação social na medida em que a orientação da ação social, na média ou no tipo-ideal, baseia-se em um sentido de solidariedade: o resultado de ligações emocionais ou tradicionais dos participantes" (1973, p. 77). Esse entendimento de Max Weber (1973), é crucial para o estudo das vítimas da Braskem, pois, ao contrário de uma sociedade moderna impessoal e utilitária, as vítimas formam um grupo que, embora em grande parte deslocado e desestruturado por um desastre tecnológico, mantém um forte senso de solidariedade e identidade coletiva.

No caso específico das vítimas da Braskem, o evento crítico teve um impacto profundo na memória coletiva e na configuração social da comunidade, forçando uma

redefinição dos papéis sociais e culturais, e gerando novas formas de ação política e resistência. Como o antropólogo Anthony Oliver-Smith (1999) argumenta, os desastres, sejam naturais ou tecnológicos, não são apenas fenômenos físicos, mas eventos que emergem de uma interação entre forças externas e condições sociais de vulnerabilidade.

O desastre, não está "na natureza", mas é constituído pela relação entre a população e seu ambiente, que, nesse caso, foi exacerbada pela invisibilidade das questões sociais e ambientais. Esse processo de vulnerabilização, para a comunidade atingida, se revela não apenas como uma ruptura física, mas como uma transformação profunda nas relações sociais e culturais, que passam a se organizar em torno da memória do desastre e da luta por direitos.

Gregory Button (2010), antropólogo focado em pesquisas sobre desastres, vê o desastre como um evento dinâmico em que múltiplos atores sociais competem para moldar as narrativas e as respostas coletivas. Ele insiste que os desastres não são eventos isolados ou excepcionais, mas partes de uma cultura que estrutura como a sociedade lida com risco, vulnerabilidade e desigualdades. A resposta a desastres reflete relações históricas, econômicas e políticas. Essa visão pode ser aplicada à mobilização das vítimas da Braskem.

A resistência das comunidades atingidas se articula em um campo de disputa, onde as narrativas sobre o desastre são contestadas, e onde o sofrimento coletivo é politizado como uma ferramenta de resistência. Didier Fassin (2006), desenvolve uma reflexão sobre os modos de resistência e formas de sofrimento vividas por populações marginalizadas, especialmente nos contextos de atuação do Estado. Para o antropólogo e médico francês, a resistência pode ser vista como uma forma de mobilizar o sofrimento social e transformá-lo em um campo legítimo de reivindicação política. Trazendo essa abordagem para o contexto da comunidade das vítimas da Braskem, percebe-se como são construídas narrativas próprias, não apenas para denunciar as consequências do desastre, mas também para afirmar a legitimidade de sua luta por justiça social e ambiental.

Os desastres muitas vezes revelam as fragilidades e as desigualdades subjacentes às estruturas sociais e políticas, e no caso aqui analisado das vítimas da Braskem, o desastre tecnológico revela as falhas nas políticas de segurança e na proteção das

populações mais vulneráveis. Como Bruno Latour (2020) nos lembra, os desastres são eventos híbridos, envolvendo causas naturais, ações humanas, técnicas, valores, infraestruturas e políticas públicas, sendo resultados de redes complexas de ação e decisão, onde os interesses econômicos, políticos e sociais se entrelaçam para moldar as respostas coletivas. Para o autor, um desastre não pode ser classificado apenas como um "acidente natural" ou como uma "falha humana" isolada, ele é uma rede de decisões técnicas, políticas, econômicas, geológicas, jurídicas, etc.

Além disso, a dinâmica de poder e resistência observada no caso da Braskem pode ser analisada a partir das descrições de Teresa Caldeira (2000), antropóloga que tem seu estudo de caso focado em São Paulo, mas com implicações para compreender cidades grandes no Brasil e em contextos semelhantes, vê as cidades como campos de disputa onde o território é constantemente negociado. Ela investiga como a noção de espaço público, de cidadania civil (direitos de ir e vir, de uso dos espaços públicos) e democrática se tornou fragmentada, desigual, com muros físicos e simbólicos. No contexto urbano de Maceió, as populações mais vulneráveis, localizadas nas periferias, enfrentam não apenas o impacto imediato do desastre, mas também as consequências de um processo histórico de marginalização e exclusão. A mobilização das vítimas da Braskem, portanto, é uma resposta não apenas ao desastre imediato, mas também ao legado de injustiça territorial que caracteriza a cidade.

O desastre tecnológico é, nesse sentido, mais do que um evento isolado, é um reflexo de uma estrutura social e política que permite a exploração das populações periféricas em nome do desenvolvimento econômico. O que vemos, portanto, é uma luta que vai além do desastre em si, buscando reparar as injustiças estruturais e afirmar os direitos dessas populações a um ambiente seguro e saudável.

A formação de uma comunidade atingida por um desastre

Partindo da compreensão de que a comunidade em questão é formada por fazedores e fazedoras de cultura que habitavam os bairros diretamente impactados pelo desastre tecnológico provocado pela mineradora Braskem, este texto busca contextualizar sua formação a partir da noção de risco associada a esse tipo de desastre. A ênfase recai sobre os vínculos entre território, produção cultural e experiência do risco, evidenciando

como a constituição da comunidade está imbricada nos processos históricos e sociotécnicos que antecedem e atravessam o colapso.

A comunidade, aqui descrita, foi formada por uma experiência comum de vulnerabilidade, que se define como vítimas desse desastre tecnológico. Este estudo foca nos detentores do patrimônio imaterial, pessoas cujas trajetórias e memórias do desastre se entrelaçam com a vivência e a continuidade de formas culturais atingidas pelo evento.

A Braskem, uma empresa de proporção global na indústria petroquímica, estabelece uma presença marcante em Alagoas, com dois pólos de produção: um em Maceió, voltado à produção de cloro-soda, e outro em Marechal Deodoro, dedicado à produção de PVC.

Sua história remonta a 1943, quando o empresário Euvaldo Freire de Carvalho Luz, durante perfurações supervisionadas pelo Conselho Nacional de Petróleo (CNP), descobriu o sal-gema, mineral essencial para a indústria química. Em 1944, Luz solicitou a concessão para explorar a mineração e, em 1966, obteve formalmente o direito de pesquisa por meio do Decreto nº 59.356, assinado pelo então presidente Humberto de Alencar Castelo Branco (BRASIL, 1966). Esse marco representa não apenas uma autorização burocrática, mas o início de um "desastre silencioso" que se desenrolaria nas décadas seguintes, em que o risco se tornaria parte da paisagem cotidiana, articulado a decisões políticas e econômicas que moldam, de forma inequívoca, os territórios e as vidas das populações locais.

O processo de instalação da Braskem em Maceió, em um bairro denso e populoso como o Trapiche da Barra, sublinha a invisibilidade da população e a marginalização das suas necessidades e direitos frente aos interesses do capital e do desenvolvimento. O risco invisível, ao qual essas populações foram submetidas, muitas vezes naturalizado, é dissociado das realidades sociais e ambientais que ele impõe sobre os grupos mais vulneráveis. A escolha de um local de instalação em uma área verde, destinada à preservação ambiental, é emblemática da forma como decisões tecnocráticas e de desenvolvimento muitas vezes desconsideram os impactos sobre a vida dos cidadãos.

Nos anos 1960, o governo estadual de Alagoas, liderado por Lamenha Filho, empenhou-se em garantir os investimentos para a exploração do sal-gema. Lamenha expressava um entusiasmo político, ao declarar que seria "um homem realizado" ao ver o

início das operações da indústria, entendendo-a como a concretização de um legado político e econômico (Diário de Pernambuco, 18 de janeiro de 1967). Esse entusiasmo, ilustra como as políticas de desenvolvimento, ao focar exclusivamente no crescimento econômico, muitas vezes ignoram as desigualdades estruturais que criam. O risco que recai sobre a população local é sistematicamente minimizado, e a promessa de crescimento é amplificada sem consideração pelas implicações sociais e ambientais.

Como descreve o jornalista Jonaldo Cavalcante (2020), a implantação da Salgema Indústrias Químicas S/A — que posteriormente deu origem às operações da Trikem e, mais tarde, da Braskem — em Alagoas resultou de um complexo arranjo de articulações político-econômicas. O projeto teve início com a atuação do empresário Euvaldo Luz e contou com o envolvimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e da multinacional Du Pont. Em 1970, o governo federal, por meio da SUDENE, aprovou o financiamento da iniciativa, classificando-a como prioridade para a política de desenvolvimento regional no Nordeste. Esse tipo de intervenção estatal, pode ser percebido como um exemplo de noções de risco, onde a gestão dos perigos e suas consequências é centralizada em mãos poderosas, que não necessariamente compartilham os mesmos interesses ou preocupações da população atingida.

O processo de expansão da Braskem em Alagoas reflete a complexidade das dinâmicas territoriais urbanas. A escolha de uma área verde para instalar a fábrica resultou em impactos ambientais devastadores e gerou um intenso debate sobre os riscos à saúde e segurança da população local. A chegada da indústria se tornou um ponto de inflexão, revelando a construção social do risco. Como Gregory Button (2010) observa, o risco, quando é socialmente construído, é não apenas um fator técnico, mas um campo de disputa entre diferentes atores sociais, governamentais, empresariais e comunitários. Nesse sentido, a forma como o risco é percebido, interpretado e tratado é moldada por uma complexa rede de interesses que, frequentemente, coloca em jogo a vida e o bem-estar de populações marginalizadas.

De acordo com o geógrafo Railson Diodato (2017), em 2002 aconteceu o processo de privatização da Salgema, culminando na transformação da empresa em Braskem. A partir de então destaca-se a consolidação de um poder corporativo que, ao absorver e integrar diferentes partes do setor petroquímico, ampliou ainda mais seu controle sobre o

território e a economia local. O Grupo Odebrecht assumiu o controle da empresa. Este fato, não apenas consolidou sua posição no mercado nacional, mas também reforçou o poder de uma elite empresarial que molda o futuro do território, das políticas públicas e das condições de vida das populações locais.

A instalação da Braskem em Alagoas, sua expansão e os impactos subsequentes ilustram um modelo de desenvolvimento urbano que, ao buscar maximizar os lucros e o crescimento econômico, ignora as consequências sociais e ambientais que ele acarreta. Essa dinâmica de "desastres sociais", como a teoria da antropologia do risco sugere, não é apenas uma falha de gestão, mas um reflexo das desigualdades estruturais que permeiam a sociedade. As mobilizações comunitárias não surgem apenas como reações imediatas a um desastre, mas como manifestações de uma resistência que desafia as hierarquias e as assimetrias de poder, reivindicando, assim, uma maior justiça e equidade territorial.

Deslocamento compulsório

Desde 2010, moradores do bairro dos bairros atingidos em Maceió, passaram a identificar sinais sutis, mas incômodos, de uma instabilidade que se inscrevia no corpo do território: rachaduras em paredes, pisos e estruturas domésticas tornaram-se marcas materiais do risco, porém em esferas de cotidiano privado, naturalizando-o ou individualizando-o conforme as categorias morais disponíveis.

Inicialmente atribuídas a problemas técnicos, como infiltrações ou falhas construtivas, essas marcas do risco eram entendidas dentro de uma gramática individualizada e despolitizada. No entanto, como observa os pesquisadores Maíra Mansur e Luiz Wanderley:

> “A partir de 2018, agravaram-se as rachaduras e fissuras que antes já eram frequentes nas casas dos moradores dos bairros, houve a abertura de crateras nas ruas e o afundamento dos pisos nas casas. O grande marco se deu após fortes chuvas em fevereiro de 2018, atrelado a um tremor de 2,5 graus na escala Richter sentido na região em 3 de março do mesmo ano.
>
> Apesar disso, somente em 2019, veio a público um documento do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), que concluiu que a principal causa para o surgimento das rachaduras nos imóveis era a atividade de exploração do sal-gema pela Braskem.” (p.9, 2023)

E aqui retomamos a Anthony Oliver-Smith (1999), quando afirma que o ponto de inflexão na constituição de um desastre não como evento natural, mas o processo socialmente construído, que revela e aprofunda desigualdades preexistentes.

A geologia da catástrofe revelou-se não apenas como substrato físico, mas como terreno simbólico e político. O bairro do Pinheiro, e posteriormente os bairros de Mutange, Bebedouro, Bom Parto e Farol, até então percebidos dentro da estabilidade da vida urbana, passaram a serem inscritos como espaços liminar — aquilo que Bruno Latour (2020) chamaria de um "híbrido" entre natureza e sociedade, onde o desastre expõe a instabilidade das divisões modernas entre o técnico e o social, o natural e o político.

A intensificação da crise mobilizou um aparato técnico-científico: engenheiras/os, geólogas/os e agentes da Defesa Civil se articularam para produzir diagnósticos e mapas de risco. Este processo de tecnificação do desastre não apenas reconfigurou os regimes de visibilidade e governança sobre o território, mas também exemplificou a tradução de experiências vividas de dor e desestabilização em categorias operacionais do Estado.

Esse deslocamento simbólico e institucional do risco foi cristalizado na fala do então coordenador da Defesa Civil: "*desde 2010 tem rachaduras em algumas casas, mas agora foram rachaduras coletivas*" (G1 ALAGOAS, 19 de fevereiro de 2018). A transformação da ameaça em um problema coletivo evidencia a emergência de uma nova forma de subjetivação urbana: moradores antes isolados em suas interpretações do risco passam a compor uma cartografia comum do desastre.

Em 3 de março de 2018, um tremor de terra de magnitude 2,5 na escala Richter, registrado pelo Laboratório Sismológico da UFRN, evidenciou esse processo. O tremor funcionou como catalisador simbólico e afetivo, amplificando o campo das interpretações possíveis e intensificando os sentimentos de incerteza que permeavam o cotidiano. Tal desastre, operou como um evento revelador, capaz de transformar estruturas invisíveis de vulnerabilidade em realidades incontornáveis.

A partir desse ponto, as rachaduras tornaram-se mais do que fissuras estruturais: elas passaram a operar como signos sociais da vulnerabilidade urbana. Esses "marcadores do medo", como formula Teresa Caldeira (2000), não apenas inscrevem o colapso no

espaço físico, mas dramatizam tensões políticas entre moradores, o Estado e as infraestruturas urbanas que prometiam estabilidade e segurança.

Com a atuação articulada entre Defesa Civil, Secretaria Municipal de Infraestrutura e especialistas, constituiu-se um campo híbrido de enfrentamento ao desastre, um espaço em que saberes técnicos e saberes locais se entrelaçam, produzindo disputas por interpretação, autoridade e legitimidade. Nesse cenário, o desastre atravessa e transforma múltiplas dimensões da vida urbana: o território, os afetos, os vínculos sociais e as formas de reivindicação de direitos.

A ressignificação do território dos bairros atingidos não se limita ao plano material: trata-se de uma recomposição de sentidos. Os moradores, destituídos de suas casas e enredados em um processo de despossessão contínua, experienciam uma dor que não é apenas psíquica ou corporal, mas que emerge de condições políticas e econômicas que produzem vidas mais vulneráveis à perda e à negligência.

Nesse sentido, o que se observa em Maceió não é apenas o colapso de uma estrutura geológica, mas o colapso de uma forma de vida urbana, com sua teia de pertencimentos, identidades e expectativas de futuro. Trata-se de um desastre urbano e político, cuja complexidade exige compreender como as desigualdades estruturais se inscrevem no corpo e no cotidiano das pessoas, especialmente quando são empurradas para as margens do direito e da reparação.

Assim, o desastre cavou não apenas o solo urbano, mas também o horizonte de vida de milhares de pessoas. Frente a isso, mobilizações comunitárias, disputas por justiça territorial e formas insurgentes de cidadania emergem como respostas a um modelo de desenvolvimento que, ao privilegiar interesses extrativistas e corporativos, deslegitima a vida urbana como espaço de direito.

Após a inspeção inicial no bairro do Pinheiro, os técnicos da Defesa Civil iniciaram um processo sistemático de coleta de evidências, incorporando geólogos e engenheiros geotécnicos à cena do desastre em constituição. Essa articulação interinstitucional visava não apenas uma compreensão técnica mais acurada, mas também a produção de legitimidade epistêmica frente à crescente inquietação pública. A entrada

do Ministério Público Federal em Alagoas (MPF/AL), em dezembro de 2018, adicionou uma nova camada de governança à crise, sinalizando o deslocamento do evento do domínio exclusivamente técnico para uma arena jurídica e política. Como assinala Gregory Button (2010), desastres não apenas revelam falhas estruturais, mas também catalisam o "desdobramento escalonado" de redes sociotécnicas, em que múltiplos atores — estatais, científicos e comunitários — são mobilizados em tentativas concorrentes de controle, explicação e responsabilização.

A decretação da "Situação de Emergência" pela Prefeitura de Maceió, em março de 2018, representa um momento de inflexão no processo de produção social do desastre, quando um risco subterrâneo, historicamente invisibilizado, é transfigurado em crise pública oficialmente reconhecida. A partir de então, a mobilização de instâncias federais — como a Defesa Civil Nacional, o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD) e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM, atual Serviço Geológico do Brasil – SGB) — reforça a multiplicação de agentes em um cenário que se complexifica e se tecnifica. O que se configura é uma rede ampliada de gestão do desastre, compondo uma ecologia de conhecimento e poder. A presença de pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte nesse processo de produção de saber evidencia também a tensão entre epistemologias formais e experiências locais de sofrimento e resistência, um campo de disputas hermenêuticas sobre o que é o risco, o que é o dano, e quem tem autoridade para nomeá-los.

Nesse contexto, as primeiras interpretações sobre o fenômeno foram marcadas por uma incerteza epistêmica característica dos momentos liminares de um desastre. Cogitava-se a possibilidade de acomodação natural do terreno ou de falhas em infra estruturas subterrâneas, como o sistema de esgoto sanitário. Hipóteses que operam dentro dos limites do aceitável, do previsível, e que expressavam esquemas classificatórios do perigo, numa tentativa de domesticar a incerteza mediante categorias reconhecíveis e moralmente aceitáveis.

Contudo, à medida que as investigações se aprofundaram, tornou-se evidente que o evento não era resultado de um processo natural, mas do colapso de minas de sal-gema localizadas na região — uma atividade extrativista de longa duração, historicamente invisibilizada sob a superfície do urbano. Essa revelação produziu uma reconfiguração do

entendimento do desastre: o que antes era interpretado como evento natural ou acaso geológico passou a ser nomeado como catástrofe antrópica e tecnológica.

A atuação do Serviço Geológico do Brasil foi central nessa transição interpretativa. Os estudos realizados pela instituição descartaram a hipótese de abalos sísmicos espontâneos e confirmaram o colapso das cavernas salinas como causa do tremor ocorrido em março de 2018. O que delineava o colapso de um modelo urbano, de uma lógica de governança territorial, e das expectativas de futuro que estruturavam o cotidiano dos moradores atingidos.

O caso aqui analisado, convoca a pensar o urbano como espaço de disputa, em que os modos de habitar, de sofrer e de resistir produzem não apenas diagnósticos técnicos, mas cartografias afetivas e políticas. É nesse entrelaçamento de saberes e que o desastre se configura como acontecimento total — simultaneamente técnico, simbólico, político e existencial.

Em maio de 2019 foi apresentada a conclusão dos estudos realizados pelo Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM), que apontaram a extração mineral de sal-gema, pela empresa petroquímica Braskem, como a responsável pelos danos, agora classificados como subsidência do solo.

Segundo o *Relatório Síntese dos Resultados do Estudo sobre a Instabilidade do Terreno nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro* (Brasil, 2019)

> "A análise integrada dos dados dos oito sonares em ambiente 3D permite afirmar que as atividades de extração de sal-gema, alterou o estado de tensões resultando no colapso de minas e causando os processos de subsidência no bairro do Pinheiro. Há evidências que comprovam que a deformação nas cavernas da mineração teve papel predominante na origem dos fenômenos que estão causando danos na região estudada. Este processo está em evolução. (...) A correlação entre zonas de falha com direção NNW-SSE que ocorrem nos bairros do Mutange e Bebedouro e a localização das minas de sal indicam que o processo de mineração interferiu diretamente na trama estrutural preexistente da região e favoreceu a reativação dessas estruturas, produzindo a subsidência observada nos dados de interferometria" (CPRM, Brasil, 2019, p. 37)

Tal relatório tornou-se um dos principais dispositivos técnico-políticos a subsidiar as medidas emergenciais implementadas em Maceió. Nele, a noção de risco se amplia para os bairros de Pinheiro, Mutange e Bebedouro.

Muito além de um documento técnico, esse relatório pode ser lido como um artefato de poder e mediação, um instrumento de visibilização institucional do desastre que reorganiza tanto os regimes de verdade quanto às formas de ação legítima diante do colapso urbano em curso. Como sugerem Bruno Latour (2020), a autoridade científica e institucional nesse tipo de contexto não atua apenas para esclarecer causas, mas também para ordenar os sentidos, distribuir responsabilidades e estabilizar narrativas num campo tensionado por incertezas, sofrimento e resistência.

Esse processo de reclassificação do risco, de anomalia subterrânea a desastre oficialmente reconhecido, não é neutro nem meramente técnico. No caso de Maceió, a operação silenciosa de minas sob bairros densamente habitados revela uma forma estrutural de invisibilização das populações urbanas periféricas, um tipo de violência que só se torna visível quando sua materialidade colapsa e rompe a superfície da cidade.

Com o apoio do Ministério Público Federal (MPF), a Defesa Civil de Maceió passou a estruturar um *Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil* para os bairros atingidos, documento que previa, entre outras medidas, a evacuação organizada da população. Essa resposta evidencia mais uma vez a transição institucional do risco enquanto possibilidade incerta para a emergência enquanto fato reconhecido e gerido, deslocando o lócus do problema do doméstico para o público, do invisível para o administrável.

No entanto, essa mobilização institucional também é marcada por disputas de sentido e experiências de sofrimento que escapam às categorias oficiais. A elaboração de materiais como o "*Guia para a População: Estado de Calamidade Bebedouro, Mutange e Pinheiro"* (abril de 2019), lançado pela Prefeitura de Maceió em parceria com o governo estadual, representa um esforço do Estado em ordenar o colapso e oferecer diretrizes para a reconfiguração cotidiana das vidas. Trata-se de uma estratégia de crise, que transforma dor, perda e deslocamento em categorias operacionais, protocolos de conduta e mapas de evacuação.

A assinatura da Portaria nº 1311 em 28 de maio de 2019, pelo Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil, formalizou o reconhecimento do estado de calamidade pública no município, agora justificado pelos processos de subsidência e colapso do solo. Essa inscrição burocrática do desastre não apenas legitima a atuação de entes federais e libera recursos emergenciais, mas também reinscreve os territórios atingidos em uma nova cartografia política — uma topografia do dano, onde certos corpos e espaços passam a ser geridos sob a gramática da exceção.

Didier Fassin (2006) lembra que a gestão institucional do sofrimento muitas vezes opera a partir de uma economia moral, em que nem todas as vidas e perdas são reconhecidas com igual valor. Assim, o caso de Maceió nos convida a interrogar os modos pelos quais o Estado reconhece, ou não, a legitimidade dos afetos, das memórias e das lutas por justiça territorial. A produção de documentos oficiais, planos de contingência e decretos de emergência são, portanto, mais do que respostas técnicas: são artefatos de governo que operam no campo simbólico e moral, reinscrevendo o urbano como espaço de disputa entre a preservação da vida e a reprodução de projetos extrativistas que historicamente sacrificam certas populações.

Em última instância, o desastre da Braskem não é apenas uma ruptura do solo, mas a manifestação de camadas profundas de desigualdade urbana. Ele convoca a escavar não apenas o subsolo da cidade, mas também os fundamentos das políticas públicas, os regimes de verdade que organizam o saber técnico, e os modos de resistência que emergem no colapso.

Organização Comunitária

Em um contexto de desestabilização material e simbólica do território, emergem formas locais de organização e resistência que reconfiguram a relação entre os moradores e o Estado. Entre os bairros atingidos, duas associações comunitárias se destacam como protagonistas de ações coletivas em defesa dos direitos das populações atingidas: o Núcleo Comunitário de Defesa Civil (NUDEC) e o movimento SOS Pinheiro.

A criação do NUDEC, formado majoritariamente por moradores, mas também em articulação com técnicos da Defesa Civil, reflete as "formas de cidadania insurgente" que

Teresa Caldeira (2000) identifica em contextos de crise urbana. Para Teresa Caldeira (2000), esses movimentos refletem a capacidade das populações subalternas de reorganizar politicamente suas existências frente ao colapso das garantias formais do Estado, criando novas formas de ação coletiva e visibilidade política.

A formação do NUDEC foi uma das recomendações do relatório preliminar da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), que sugeria a reestruturação institucional da Defesa Civil municipal, a elaboração de um levantamento da vulnerabilidade social das populações atingidas e a mediação direta entre gestão pública e moradores (PREFEITURA DE MACEIÓ, 03 de agosto de 2018). Em paralelo, a associação SOS Pinheiro surgiu como uma mobilização espontânea e voluntária dos moradores, constituindo-se como um espaço central de denúncia e mobilização. Atuando de forma autônoma, o SOS Pinheiro redefiniu o desastre não apenas como um fenômeno técnico ou natural, mas como um processo eminentemente político, onde a luta por visibilidade, reconhecimento e justiça torna-se central. A mobilização de atores locais e a produção de evidências científicas e jurídicas representam uma tentativa de redefinir o sistema de referência do desastre, transpondo-o da esfera da gestão técnica para a da contestação política.

O SOS Pinheiro, que passou a representar cerca de 53 mil moradores dos bairros mais atingidos, ampliou sua articulação com o Ministério Público Federal (MPF) e outras instituições de apoio, exigindo, entre outras medidas, a ampliação do "Mapa de Setorização de Danos". O movimento denuncia a subnotificação de áreas atingidas e reivindica da Braskem, empresa responsável pelo desastre, a realocação e a reparação financeira de um número muito maior de famílias. Esta reivindicação não se limita às perdas materiais, mas se expande para as dimensões sociais, morais e emocionais, sendo o sofrimento coletivo politizado e transformado em um campo legítimo de disputa.

Em 10 de maio de 2021, representantes de grupos culturais desses territórios entregaram ao poder público municipal uma documentação que quantificava as perdas provocadas pelo deslocamento compulsório, reivindicando medidas de apoio à continuidade de suas práticas. Esse gesto, ao mesmo tempo denúncia e afirmação, revela a centralidade do pertencimento territorial para a reprodução do patrimônio cultural imaterial.

Na esteira do colapso físico dos bairros, o que se assistiu foi também o colapso de redes de sociabilidade, de modos de vida e de vínculos intergeracionais que sustentavam as expressões culturais locais. A desarticulação de grupos culturais em função da realocação compulsória de seus membros não é uma consequência periférica do desastre, mas seu cerne, uma evidência da ruptura dos laços sociais e das formas de produção coletiva da memória e da identidade.

A resposta institucional, marcada pela atuação do Ministério Público Federal e Estadual, que em setembro de 2023 acionou judicialmente a Braskem e exigiu medidas voltadas à preservação do patrimônio cultural, evidencia um reconhecimento significativo. A experiência de sofrimento, vivida no entrelaçamento entre corpo, território e cultura, foi politicamente mobilizada para tornar visível aquilo que, em contextos de poder assimétrico, tende a ser silenciado: a dor daqueles que perdem não apenas suas casas, mas também as referências culturais que sustentam a vida cotidiana.

A assinatura do acordo socioambiental, em dezembro de 2020, obrigando a Braskem a financiar a restauração de bens culturais e apoiar grupos populares, inscreve-se nesse processo. Nesse contexto, as práticas reparatórias emergem como tentativas de recompor redes rompidas entre humanos, não humanos, instituições e territórios. No entanto, o que se apresenta como reparação também pode ser interpretado como parte de um regime de governança do desastre, no qual empresas e Estados se posicionam estrategicamente como agentes de solução para problemas que contribuíram para causar, moldando as narrativas públicas e delimitando os termos da responsabilização.

O Programa de Apoio aos Grupos Culturais, implementado pela Braskem em dezembro de 2023, bem como o Plano de Ações Socio-Urbanísticas (PAS), coordenado pela Fundação Municipal de Ação Cultural (FMAC) e pela Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa (SEMCE), representa um esforço de mitigar os efeitos da dispersão comunitária. No entanto, a própria necessidade desse programa evidencia a fragilidade das políticas públicas voltadas ao reconhecimento do papel das culturas populares na configuração do tecido urbano.

A fundação da Associação dos Grupos Culturais Atingidos pela Braskem, no bairro de Antares, pode ser compreendida como uma tentativa de reconstrução simbólica da territorialidade perdida. Ao reunir sujeitos dispersos, essa nova organização busca reconstituir as redes afetivas e culturais que foram dilaceradas pelo desastre, transformando o luto coletivo em ação política. Didier Fassin (2006) nos lembra que é no atravessamento entre vulnerabilidade e agência que se produz uma nova gramática da justiça, uma justiça que exige escuta, mas também memória, e sobretudo compromisso com os direitos culturais como parte indissociável dos direitos urbanos.

Nesse cenário, o que está em jogo não é apenas a continuidade de tradições ou a manutenção de festividades locais, mas a luta por modos de existência que foram historicamente relegados a uma condição de precariedade. A descontinuidade imposta pela realocação compulsória representa uma violência epistêmica, uma interrupção dos sistemas de transmissão e produção de saberes populares, apagando histórias e desautorizando formas legítimas de conhecimento e expressão.

Assim, os grupos culturais atingidos pela mineração da Braskem emergem como agentes de uma contra-narrativa do desastre. Sua mobilização coletiva desafia a versão tecnocrática que busca tratar o evento como uma crise contida e solucionável, revelando, ao contrário, os efeitos duradouros e profundos que a devastação territorial produz sobre os vínculos sociais e culturais. Ao inscrever suas perdas no campo do patrimônio imaterial e da justiça territorial, essas comunidades fazem do próprio desastre um campo de disputa simbólica e política, onde o que está em jogo é o direito de permanecer existindo, cultural, social e afetivamente, apesar do colapso.

Nesse contexto, Didier Fassin (2006) nos lembra que essas reivindicações envolvem, acima de tudo, uma disputa por reconhecimento — um processo de visibilização das dores e das injustiças sofridas, que desafia os discursos técnicos e as lógicas compensatórias de indenização.

No entanto, as conquistas obtidas pelos moradores demonstram os limites das abordagens puramente compensatórias. A perda experimentada não se restringe ao patrimônio material, mas atinge as relações sociais, os afetos, as histórias de vida e os modos de existência. Os impactos emocionais são profundos, evidenciados por uma

trágica sequência de suicídios entre os moradores atingidos — dados que desafiam a lógica formal das reparações e destacam a irreparabilidade de muitas das perdas vividas. Para esses moradores, o desastre não é apenas uma destruição física, mas uma ruptura existencial, que desintegra as redes de apoio e pertencimento comunitário, conformando uma experiência de sofrimento que não pode ser facilmente quantificada em termos monetários.

A educação, por exemplo, sofreu um golpe severo, com o fechamento e abandono de escolas situadas em áreas de risco. Mais de 60 mil famílias foram forçadas a abandonar seus lares, vivendo uma constante luta por uma indenização justa que permita reconstruir suas vidas. O sofrimento não é apenas o efeito de um evento técnico, mas de um processo que envolve as dinâmicas de exclusão e marginalização histórica dessas comunidades.

O Patrimônio Imaterial identificado

A permanência e reinvenção das práticas culturais identificadas no Inventário do Patrimônio Cultural Imaterial dos bairros de Bebedouro, Bom Parto, Farol, Mutange e Pinheiro revela um paradoxo central: mesmo diante do deslocamento compulsório de 23 cerca de 60 mil pessoas provocado pelo colapso das minas de sal-gema exploradas pela Braskem, os laços culturais não se romperam por completo. O que se observa é a persistência e rearticulação dos saberes, celebrações, formas de expressão e espaços simbólicos em novos territórios, como parte de um processo de reterritorialização marcado por resistência e criatividade.

Mesmo entendendo o risco de capturar as manifestações culturais em categorias fixas e institucionalizadas, a elaboração deste trabalho considerou o valor político dos inventários participativos como dispositivos de visibilidade e reconhecimento, sobretudo em contextos de injustiça ambiental e apagamentos históricos. O levantamento realizado junto aos 330 fazedores de cultura não apenas sistematizou bens culturais de natureza imaterial, mas atuou como dispositivo de escuta e legitimação de experiências marcadas pela perda territorial e pelo rompimento dos vínculos comunitários.

Dentre os 330 questionários aplicados aos fazedores culturais 78 foram do bairro do Pinheiro, 153 do bairro do Bebedouro, 41 do bairro do Bom Parto, 34 do Farol e 24 do Mutange. Os bens culturais identificados foram: Artes Cênicas (Teatro, Teatro de rua,

Dança, etc.); Artes Circenses (Palhaçaria, Acrobacia, Malabares, Mágia, etc.); Artes Urbanas (Hip-hop, Grafite, Ballroom, etc.); Artes Visuais (Pintura, Escultura, Fotografia, etc.); Artesanato; Associação ou Espaço Cultural e/ou Social; Audiovisual; Baianas; Blocos de Carnaval/ Samba; Bumba meu Boi; Celebrações Religiosas (Procissões, Romarias, etc.); Coco de Roda; Contação de História; Culinária Regional; Cultura Afro Alagoana (Dança, Grupos Percussivos, Reggae, etc.); Feira Livre; Futebol (Campo e Torcida de Futebol); Guerreiro; Literatura (Romances, Contos, Poesia, Crônicas, Canções, Textos Teatrais, etc.); Literatura de Cordel; Luthier (Rabeca, Tambores, etc.); Maracatu; Matrizes Tradicionais do Forró; Música/ Músicos/ Seresteiros; Ofício de Acarajé; Ofício de Lavadeira; Pastoril; Pesca Artesanal/ Mariscagem; Pesquisador(a) da Cultura Afro Alagoana; Povos e Comunidades de Terreiros e Matriz Africana; Produção Cultural; Quadrilha Junina/ Palhoção; Repentistas/ Violeiros/ Trovadores; Roda de Capoeira/ Ofício de Mestre de Capoeira; Teatro de Bonecos Popular/ Mamulengo; Templos Religiosos.

Esses dados apontam que o desastre, não apenas desorganizou a infraestrutura e o território, mas, ao mesmo tempo, ativou formas de reorganização coletiva. O colapso do solo e a desestruturação física dos bairros não significaram, portanto, o fim das práticas culturais, mas abriram espaço para que essas práticas se tornassem, elas mesmas, formas de enfrentamento simbólico do desastre — maneiras de recompor o pertencimento e reinscrever a memória em contextos fragmentados.

Ao classificarmos os bens nas categorias estabelecidas pelo IPHAN — saberes, celebrações, formas de expressão e lugares — evidenciamos uma cartografia simbólica que extrapola os limites físicos dos bairros. As festas, as rodas de capoeira, os ofícios de lavadeiras, as práticas de oralidade, as culinárias e as sonoridades mapeadas são, conforme aponta Teresa Caldeira (2000), formas de habitar a cidade com o corpo, com a memória e com os afetos. Em meio ao silêncio do solo que cedeu, as práticas culturais resistem como linguagem e gesto, como “territórios móveis” que se deslocam com os sujeitos e carregam as marcas daquilo que foi perdido.

Didier Fassin (2006), ao trabalhar com a ideia de sofrimento social e sua politização, nos oferece ferramentas para compreender essas práticas não como simples expressões culturais, mas como formas de resistência afetiva e política diante de um

Estado que frequentemente se ausenta nos momentos de reconstrução. A própria produção do inventário, feita com intensa participação de ex-moradores, mestres e agentes culturais, evidencia uma ética da escuta e da reparação, construindo um outro regime de valor para essas manifestações.

É necessário lembrar que, o risco não é apenas uma condição objetiva, mas um construto social e moral. A forma como se categoriza o que é “perda” ou “dano” está profundamente ligada aos sistemas de valores que regulam o que é considerado digno de ser protegido. Nesse sentido, a inclusão das expressões culturais afro-alagoanas, das tradições populares e dos ofícios femininos, como o de lavadeiras, amplia o olhar sobre o patrimônio para além da estetização do folclore, integrando lutas históricas por reconhecimento e justiça cultural.

Os dados numéricos evidenciam a amplitude das práticas culturais identificadas: 225 entrevistados estão vinculados às formas de expressão, 109 aos saberes e ofícios, 48 aos lugares, 42 às celebrações e 42 à atuação como artistas e articuladores de movimentos culturais. Esses quantitativos apresentam sobreposições, uma vez que um mesmo entrevistado pode estar associado a mais de uma categoria. Assim, os números não correspondem a pessoas distintas nem devem ser somados entre si, mas expressam os diferentes vínculos dos participantes com as referências culturais identificadas. Embora revelem a densidade das práticas culturais presentes nas comunidades antes e após o desastre, esses dados não esgotam a complexidade do campo social.

A desterritorialização forçada, por sua vez, coloca desafios profundos à continuidade dessas expressões. Gregory Button (2010) chama atenção para o modo como, em desastres industriais, o risco é frequentemente invisibilizado ou despolitizado pelas corporações e pelo Estado, o que contribui para a marginalização das populações atingidas e de suas culturas. Nesse caso, o inventário se posiciona como contranarrativa, afirmando que o patrimônio imaterial é também campo de disputa política e espaço de produção de memória coletiva. O reconhecimento das práticas culturais dessas comunidades, portanto, não pode estar dissociado de uma crítica ao modelo de desenvolvimento que permitiu a devastação promovida pela mineração. A cultura é, aqui, denúncia e recomposição, ferida e possibilidade.

Considerações finais

As tensões produzidas pela instalação da Braskem em Alagoas evidenciam um processo mais amplo de produção social do risco, no qual a promessa de desenvolvimento econômico se entrelaça com dinâmicas históricas de desigualdade, marginalização territorial e despossessão. Longe de ser uma intervenção neutra ou meramente técnica, a chegada da indústria demonstra uma situação em que políticas estatais e interesses corporativos criam as condições de possibilidade para o colapso social e ambiental. Trata-se, aqui, da configuração de uma geopolítica do desastre, que opera seletivamente sobre corpos, territórios e formas de vida.

A cidade de Maceió, deve ser compreendida não apenas como um aglomerado físico de edificações, mas como um espaço intensamente disputado, onde desigualdades históricas moldam o acesso à terra, ao reconhecimento e à proteção. A instalação da Braskem em territórios urbanos, como os bairros atingidos, revela a persistente lógica de desvalorização de certas vidas e de normalização do risco em zonas consideradas "sacrificáveis". Essas zonas funcionam onde os perigos e incertezas são projetados para preservar a segurança e o prestígio de outros grupos sociais.

As mobilizações das populações atingidas podem ser interpretadas como formas de resistência, onde o sofrimento deixa de ser meramente uma experiência individual de perda e se torna um elemento mobilizador de ação coletiva. Como nos mostra Didier Fassin (2006), é nesse momento que o sofrimento ganha estatuto político, uma dor que interpela o Estado, questiona os critérios de cidadania e desafia os modelos dominantes de desenvolvimento. O desastre, então, converte-se em plataforma de contestação, em que a memória coletiva e o pertencimento territorial são reconfigurados como formas de reinvindicação e denúncia.

A constituição do Movimento Unificado das Vítimas da Braskem (MUVB), do Núcleo Comunitário de Defesa Civil (NUDEC), do movimento SOS Pinheiro e da Associação dos Grupos Culturais Atingidos pela Braskem, não deve ser lida apenas como uma reação ao trauma, mas como um processo de reterritorialização simbólica, onde os atingidos constroem novas formas de pertencimento, solidariedade e agência política, onde o desastre urbano, não se limita ao colapso da terra, mas ao desmonte de vínculos,

ao desalojamento do cotidiano e à ruptura das coordenadas simbólicas que estruturam a vida em comum.

A desestruturação provocada pela Braskem escancara as fronteiras tênues entre o técnico e o político, o natural e o social, fronteiras que nunca foram tão separadas quanto as narrativas oficiais insistem em afirmar. O patrimônio imaterial identificado nos bairros afetados pelo desastre tecnológico em Maceió é mais do que um conjunto de práticas preservadas: ele é uma resposta viva, situada e politicamente engajada diante da devastação territorial, social e afetiva provocada por um modelo de exploração econômica predatório. O inventário, ao escutar e sistematizar essas vozes e saberes, inscreve-se como instrumento de luta por justiça social, memória e pertencimento.

Assim, o caso dos bairros atingidos pela mineração de sal-gema não pode ser reduzido a uma falha geológica ou a uma crise ambiental pontual. Trata-se de um acontecimento que atravessa simultaneamente as esferas do corpo, do afeto, da política, do direito, da ética e da memória urbana. O colapso dos bairros é também um colapso de estruturas morais e políticas, uma implosão da confiança institucional e da sensação de pertencimento à cidade.

O desastre opera como um catalisador de crises múltiplas, convocando debates sobre justiça ambiental, direito à cidade e responsabilidade corporativa. Ele embaralha categorias analíticas e exige um deslocamento epistemológico para que possamos escutar, com devida sensibilidade, os múltiplos sentidos e afetos que atravessam esse evento. Portanto, o desastre da Braskem em Maceió não é apenas um episódio trágico, mas um espelho incômodo das formas como o risco é distribuído socialmente, das vidas consideradas descartáveis e das lutas que emergem na tentativa de afirmar outras formas de habitar, lembrar e reivindicar a cidade.

Referências Bibliográficas

BRASIL, Decreto n 3.551, de 4 de agosto de 2000.

BRASIL. Mapeamento do Patrimônio Cultural Imaterial de Alagoas. Relatório Final, IPHAN/UFAL/FUNDEPES, 2008.

BRASIL, Salvaguarda de bens registrados: patrimônio cultural do Brasil: apoio e fomento / coordenação e organização Rívia Ryker Bandeira de Alencar, Brasília : IPHAN, 2017. 27

BRASIL, Decreto nº 59.356, IN Diário Oficial da União - Seção 1 - 11/10/1966, Página 11704.

BRASIL. Portaria nº 1311, de 28 de maio de 2019. Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Município de Maceió/AL. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, Brasília, DF, 2019.

BRASKEM. Braskem Alagoas. 2025. Disponível em https://www.braskem.com.br/. Acesso em: 31 de março. de 2025.

BUTTON, Gregory. *Disaster Culture: Knowledge and Uncertainty in the Wake of Human and Environmental Catastrophe*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2010.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp. 2000.

CAVALCANTE, Joaldo. Salgema: do erro à tragédia. Maceió, CESMAC, 2020.

DIODATO, Railson Vieira. *Da concepção de um pólo cloroquímico ao desenvolvimento da cadeia produtiva da química e do plástico de Alagoas*. p.(38-52) Dissertação (Mestrado em Geografia)- Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

FASSIN, Didier. Conflitos do outono de 2005 na França. Tradução Paulo Neves. Tempo Social, São Paulo, v.18, n.2, p.185-196. 2006b.

FIPLAN - FUNDAÇÃO DO INSTITUTO DO PLANEJAMENTO. Pólo Cloroquímico de Alagoas: Programa de Investimento - 1982-1987 (Vol. 1) Maceió: SEPLAN/SIC/Governo do Estado de Alagoas, 1982.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim et al. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília-DF, 2016.

LATOUR, Bruno. *Onde aterrar?: como se orientar politicamente no Antropoceno*. Tradução de Marcela Vieira. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bazar do Tempo, 2020.

MANSUR, Maíra e WANDERLEY, Luiz Jardim. *Colapso mineral em Maceió: o desastre da Braskem e o apagamento das violações*, Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, no âmbito do Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil. Brasil Maio, 2023.

OLIVER-SMITH, Anthony. *What is a disaster?: Anthropological perspectives on a persistent question*. In: OLIVER-SMITH, Anthony; HOFFMAN, Susanna F. (Ed.). The Angry Earth. New York: Routledge, 1999. 28

PELEGRINI, Sandra. *Patrimônio Imaterial*. IN Dicionário Temático de Patrimônio: debates contemporâneos. Org. Aline Carvalho e Cristina Meneguello. Editora da Unicamp, Campinas, SP, 2020.

WEBER, Max. (1973). Comunidade e sociedade como estruturas de socialização. In F. Florestan (Org.) (2003), *Comunidade e sociedade*: *Leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação* (pp. 140-143). São Paulo: Editora da USP.